

Público

24-04-2019

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 31885

Temática: Educação

Dimensão: 472 cm<sup>2</sup>

Imagem: S/Cor

Página (s): 19

## Há um sindicato de professores que também vai ter um fundo de greve

**Educação**  
**Clara Viana**

**A iniciativa é do Sindicato de Todos os Professores, que por agora ainda não chegou aos 500 sócios**

Ainda não têm nenhuma nova greve em vista, mas na próxima que vier já poderão ajudar os seus associados a mitigar os efeitos da paralisação no rendimento disponível de quem a faz. A garantia vem do Sindicato de Todos os Professores (Stop), criado no ano passado, e que ontem decidiu marcar o início do 3.º período de aulas com o anúncio da constituição de “um fundo de apoio a situações de greve”.

Para o Stop, esta decisão é a prova da existência de “um novo sindicalismo em Portugal” já que eles são o primeiro sindicato de professores a ter um fundo de greve. Fora do sindicalismo docente, existem vários outros sindicatos que já dispõem há anos deste meio.

Dos que têm fundos de greve, vários são independentes das duas centrais sindicais existentes (CGTP e UGT). Para constituir um fundo de greve, o Stop teve de alterar os seus estatutos de modo a juntar esta competência às várias outras que já tinha inscritas no seu documento fundador, conta o dirigente do sindicato André Pestana. Neste processo têm sido aconselhados pelo advogado Garcia Pereira, especialista em Direito do Trabalho e que é agora o representante legal do Sindicato Democrático dos

Enfermeiros de Portugal (Sindepor) na sua guerra contra a decisão do Governo de considerar ilegal as greves nos blocos cirúrgicos, por esta ter sido apoiada por fundos recolhidos através de *crowdfunding*.

O Stop chegou a equacionar recorrer ao mesmo meio greves, mas por aconselhamento de Garcia Pereira optou antes, “para se proteger”, pela constituição do fundo de greve já que este mecanismo não é ilegal, enquanto o *crowdfunding* está “momentaneamente inviabilizado” para este efeito, conta André Pestana. Isto aconteceu na sequência de um parecer do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República (PGR), datado de Fevereiro passado, em que a greve dos enfermeiros é considerada ilícita por ter sido usado um fundo para compensar a perda de salário que não foi gerido pelos sindicatos que decretaram a paralisação.

Para constituir o seu fundo de greve, o Stop utilizará 25% das suas receitas, que no grosso são provenientes das quotas mensais dos seus associados (0,7% do valor do salário bruto). André Pereira adianta que o Stop ainda não chegou aos 500 sócios. Quando foi conhecido o parecer da PGR, a Federação Nacional de Professores (Fenprof), afecta à CGTP, fez saber que se opõe ao financiamento das greves por *crowdfunding*. Mário Nogueira também já indicou que os sindicatos da Fenprof não têm em vista alterações aos seus estatutos com o objectivo de poderem constituir fundos de greve.

[cviana@publico.pt](mailto:cviana@publico.pt)



O sindicato de professores foi criado no ano passado